

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMA NOVA PERSPECTIVA DE ENSINO ATRAVÉS DE UM REFERENCIAL CURRICULAR

Jucemara Rossato¹

Resúmen: El presente artículo se refiere a la investigación que se ha desarrollado con el Programa de Posgrado en Patrimonio Cultural de la Universidad Federal de Santa María, BRASIL. En este sentido, partiremos de una revisión de la literatura sobre GEOPARQUES UNESCO centrada en la perspectiva de considerar las áreas de Historia y Educación y los conceptos de Cultura, Memoria y Patrimonio. El trabajo aborda una reflexión que parte de esta revisión bibliográfica y la relaciona con el tema que envuelve la Educación Patrimonial en una perspectiva de su implementación en el territorio que integra el Geoparque Quarta Colônia. Esta propuesta propone una discusión sobre la Educación Patrimonial en las escuelas, mostrando que existen caminos para hacer tangible la asignatura de Historia al estudiante, así como las demás asignaturas del componente curricular, a fin de viabilizar la enseñanza y el aprendizaje a partir del estudio del lugar/ regional, es decir, la propia comunidad, articulando así las competencias generales de la educación básica.

Palabras-clave: Educación Patrimonial. Enseñanza, Referencia Curricular, Geoparque Quarta Colônia

Resumo: O presente artigo refere-se a pesquisa que vem sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria, BRASIL. Neste sentido, partiremos de uma revisão da literatura sobre o GEOPARQUES UNESCO centrado na perspectiva de considerar as áreas de História e de Educação e os conceitos de Cultura, Memória e Patrimônio. O trabalho aborda uma reflexão que parte desta revisão bibliográfica e a relaciona com a temática que envolve a Educação Patrimonial em uma perspectiva de sua implementação no território que integra o Geoparque Quarta Colônia. Tal proposta propõe uma discussão sobre a Educação Patrimonial nas escolas, mostrando que existem formas de tornar a disciplina de História tangível ao aluno, bem como, as outras disciplinas do componente curricular, de forma a possibilitar o ensino aprendizagem a partir do estudo do local/regional, ou seja, da própria comunidade, articulando, assim, as competências gerais da educação básica.

Palavras Chaves: Educação Patrimonial, Ensino, Referencial Curricular, Geoparque Quarta Colônia

Abstract: The present article refers to the research that has been developed with the Graduate Program in Cultural Heritage at the Federal University of Santa Maria, Brazil. In this sense, we will start with a review about the literature on Geoparques Unesco centered on the perspective of considering the areas of History and Education and the concepts of Culture, Memory and Heritage. The work addresses a reflection that starts from this bibliographic review and relates it to the theme that involves Heritage Education in a perspective of its implementation in the territory that integrates the Quarta Colônia Geopark. This proposal proposes a discussion on Heritage Education in schools, showing that there are ways to make the subject of History tangible to the student, as well as the other subjects of the curricular component, in order to enable teaching and learning from the study of the place/regional, that is, the community itself, thus articulating the general competences of basic education.

Keywords: Heritage Education, Teaching, Curricular Reference, Quarta Colônia Geopark.

Introdução

É de suma importância que a educação básica brasileira se renove. Nesse contexto, se faz necessária a inovação dentro dos muros da escola (por que não dizer?) e fora deles. Otimizar os espaços de saber que a sociedade nos proporciona, não somente aproxima os alunos da comunidade, mas também os fazem refletir sobre os espaços de socialização. Novas metodologias e novas técnicas de mediar o saber se fazem fundamentais na atualidade. Dito isto, o presente trabalho preza por conceituar e qualificar a Educação Patrimonial como via

¹ Professora da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul em Nova Palma, RS; atualmente é Vereadora no Município de Nova Palma. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria, Brasil. E-mail: jucemamarossato@gmail.com

possível de aproximar o aluno da história, da memória e dos múltiplos espaços de aprendizagem, instituindo, por conseguinte, sujeitos mais críticos e reflexivos, conscientes que são sujeitos da História, por meio da implementação de um referencial curricular nas escolas públicas do município de Nova Palma. Município este que integra o território do Geoparque Quarta Colônia, na região central do estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

A escolha dos estudos do patrimônio resultou em uma reflexão entre os conceitos de história local e de educação patrimonial, bem como sua aplicabilidade no contexto da educação básica do município de Nova Palma. O tema em questão é visto como uma possibilidade de inovação nas aulas ministradas nas escolas públicas do município de Nova Palma, enquanto meio para sensibilizar o educando para o estudo da história da humanidade e, por fim, apresentar temas e relacioná-los ao patrimônio cultural da cidade, a sua relação com a história local, por intermédio do ensino.

A partir disso, passamos a pensar o uso dos estudos do patrimônio, no ambiente escolar, como meio de sensibilizar o educando para a importância de temas a serem abordados e discutidos tanto nas disciplinas de História, como nas outras disciplinas que fazem parte da grade curricular, em forma de temas transversais - seguindo as diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do Brasil - selecionando os conteúdos, relacionando-os ao patrimônio tanto material como imaterial, tangível ou intangível manifestados na vida do discente, na da sua família, de seus amigos, sua comunidade e escola.

Revisão De Literatura

Acreditando na interdisciplinaridade da Educação Patrimonial, as propostas em foco evidenciam a participação dos docentes de diferentes disciplinas e exemplificam a possibilidade de um trabalho global, envolvendo Educação Patrimonial e os diferentes modos de saber relacionados entre si, de forma a instrumentalizar os alunos para reconhecer, compreender e valorizar seu patrimônio, por meio desses conteúdos trabalhados em todas as áreas do conhecimento, conforme Flavi Lisboa Filho:

É por esta via que tratar da educação patrimonial se faz necessária, pois ela tem a capacidade de nos reconectar com o mundo que nos rodeia e recuperar elementos culturais que por ventura estão ameaçados. Ela pode ocorrer tanto de modo formal, como nas escolas, mas, também de maneira informal, com aquilo que é transmitido por meio da família, dos amigos e da religião. (2021, p.160)

A ênfase à cultura local apresenta-se com um caminho possível para a construção de um currículo comprometido com a transformação social. No artigo 216, da Constituição Federal Brasileira (1988) destaca-se que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nas quais se incluem:

I-As formas de expressão;

II - Os modos de criar, fazer e viver;

III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

Nesse contexto, a melhor forma de alinhar escola-patrimônio-aluno-comunidade, é reconhecer suas complexidades, e para que isso se efetive é importante se ter noções de Museologia, Geologia, História e Memória. Assim, para aguçar o interesse e a curiosidade dos alunos, se faz necessário conhecê-los e conhecer as situações socioeconômica e cultural nas quais estão inseridos e, a partir da realidade concreta, proporcionar a esses sujeitos o sentimento de pertencimento à determinada cultura, sociedade, ao modo de ser, estar e sentir local, aguçando a percepção de mundo deles.

É nesse sentido que a Educação Patrimonial pode contribuir para incentivar o sentimento de pertencimento, entendendo o valor e a importância que o patrimônio tem para a comunidade. Sendo assim, é importante destacar que:

Quando tratamos deste tipo de abordagem, devemos ressaltar que ela não diz respeito apenas à valorização de objetos materiais, como a arquitetura e recursos as aulas naturais, mas também de bens imateriais como o folclore, saberes populares, modos de vestir e falar, rituais, artes e relações sociais, que são denominados como patrimônio vivo. Com ela, futuramente teremos indivíduos que zelem pela manutenção do local e da cultura, pois esta consciência acaba sendo despertada já na primeira infância e com o tempo será continuada e se perpetuará para as futuras gerações. (LISBOA FILHO, 2021, p.170)

Igualmente, a valorização de um território, também se dá na valorização de um patrimônio geológico, pois esse também faz parte da identidade local, da comunidade. A criação de Geoparques, por exemplo, tem como objetivos preservar, valorizar e divulgar não só o patrimônio geológico territorial, mas também todo o patrimônio de uma comunidade como um bem turístico, promovendo o progresso local. A educação é primordial nesta consciência:

[..] Um Geoparque é um território bem delimitado, detentor de um notável Patrimônio Geológico aliado a toda uma estratégia de desenvolvimento sustentável, que tem como pilares principais a Geoconservação, a Educação para o Desenvolvimento Sustentável e o Turismo. Entre os seus objetivos contam-se a construção de novas infraestruturas que promovam a conservação do patrimônio geológico, a educação e o turismo; o desenvolvimento de novos produtos locais e serviços; o encorajamento

do artesanato e o crescimento económico local e, assim, a criação de novas oportunidades de emprego. (FERNANDES & FIRMINO, 2015, p.49-61.)

Assim, o território converge com preservação, educação patrimonial e pesquisa. A estratégia de gestão de um geoparque não é só o patrimônio geológico, como também a biodiversidade, a arqueologia e outros aspectos da herança cultural e, desta forma, as Geociências ganharam visibilidade pública e dimensão patrimonial e turística. Os autores trabalham também a união entre geoparque e educação:

Mas a educação não passa apenas pelos estudantes. A educação é a base do geoturismo, ao receber a informação o geoturista está a aprender mediante os instrumentos interpretativos didáticos que lhe são facultados. Quanto mais explícitos forem os fenômenos e mais apelativa for a interpretação mais eficaz se torna a divulgação da Geologia. Por outro lado, um cidadão que tenha tido a possibilidade de ter estudado Geologia, mais consciente e interessado está para a prática do geoturismo. (CASTRO; FERNANDES; FIRMINO, 2015, p.10)

No texto “Patrimônio Cultural e Geoparque”, o autor Carlos Fernando de Moura Delphim, trabalha com a articulação de conceitos de Patrimônio Cultural, Geoparque, Geologia e Paleontologia. Seu objetivo está em abordar o papel dos órgãos culturais brasileiros, de forma articulada com outros entes do poder público e a sociedade civil, para o reconhecimento do patrimônio geológico. A leitura apresenta a noção cultural da geologia, trazendo sua historicidade e defendendo que, para preservá-la, é necessária a ação dos órgãos culturais para defender, preservar, divulgar e valorizar os bens geológicos e paleontológicos de forma associada à cultura. Isso pode ser apreciado nas palavras do autor:

O reconhecimento do valor patrimonial de um bem é feito por processos seletivos e depende de suas excepcionais qualidades. Somente aquele que apresentar valores reconhecidos por um órgão cultural, deverá gozar das vantagens da proteção institucional. Os órgãos de patrimônio cultural atuam na defesa e preservação de tudo o que apresenta excepcional valor, não apenas de valores materiais como também dos imateriais. Bens de valor geológico apresentam, como qualquer outro bem cultural, duas dimensões: uma dimensão material, que é o bem físico, e uma outra, de natureza imaterial, que é o conhecimento que o homem detém sobre esse bem, os significados com os quais a cultura os impregnou, os modos de fazer, de saber e de usá-los. (DELPHIM, 2009, p.79)

O autor trás o conceito de “terra”, que desde os primórdios da humanidade, revela importantes valores e significados culturais. Outros termos desenvolvidos na obra são o de Cultura e Paisagem, estes vistos como leitura do ambiente pelas comunidades locais e a influência destes elementos paisagísticos na visão de mundo e imaginário que elas possuem. Delphim argumenta que o Iphan tem atuado na preservação de sítios de valor geológico e paleontológico através do tombamento de sítios e coleções. Segundo o autor, os geoparques possuem reconhecimento internacional e deverão gerar condições sustentáveis de

desenvolvimento social e econômico, cuja base é o acesso ao conhecimento científico, parte complementar da educação. O autor argumenta que:

A vocação principal do geoparque deverá ser o estabelecimento de condições sustentáveis de desenvolvimento social e econômico cuja premissa é o acesso ao conhecimento científico, parte integrante da educação em seu sentido mais amplo. O geoparque deverá ser considerado em sua condição de contexto ideal para a promoção das diversas conexões entre o patrimônio cultural material, arqueológico, paleontológico, geológico, histórico, natural e imaterial e os múltiplos saberes expressos em seu território. De forma simultânea, a leitura da paisagem efetuada pela ciência incluirá páginas elaboradas há séculos pelas comunidades locais e, reciprocamente, a visão de mundo destas comunidades incorporará o chamado pensamento científico ao seu imaginário. (DELPHIM, 2009, p.83).

Assim, geoparque alia a preservação com as demais atividades ao possibilitar a manutenção e valorização da paisagem cultural de uma região. Esta característica aproxima-o da Paisagem Cultural Brasileira que procura unir o desenvolvimento com a preservação do patrimônio. O texto de Delphim contribui na medida em que destaca que a política de conservação e preservação relativa à paisagem cultural e ao geoparque deve buscar a máxima conexão entre os múltiplos protagonistas envolvidos, como comunidades locais, organizações não-governamentais, universidades, institutos de pesquisa, escolas e os setores turístico e imobiliário. Assim, o entendimento da importância do geoparque deve ser propagado de forma harmônica, incrementando as ações do poder público e dinamizando a sustentabilidade econômica da região.

De acordo com Lemos (1981), Mário de Andrade, nosso ilustre modernista brasileiro, em seu anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em sua obra: *O Turista Aprendiz*, tentou resguardar nossa memória e patrimônio em toda sua totalidade e, para isso, ele incluía toda e qualquer expressão cultural brasileira, chamando-as de obra de arte. As obras de artes estavam agrupadas em oito categorias e, dentre elas, Mário detalhou os itens passíveis de proteção: monumentos, paisagens e objetos, puros ou aplicados, eruditos, populares ou ameríndios, nacionais ou estrangeiros, tangíveis ou intangíveis; múltiplos instrumentos técnicos e jurídicos de preservação; o empenho museológico, arquivístico, editorial e educativo do órgão, etc.

Nesse contexto, preservar o patrimônio cultural local é também preservar a biodiversidade, a geologia, a gastronomia, a literatura, bem como toda investigação científica advinda desse lugar, segundo Fernandes & Firmino (2015). Assim, tal estudo global fará o aluno compreender mais sobre a sua comunidade, levando-o a atuar de forma participativa, crítica e reflexiva sobre o conhecimento compartilhado. Por conseguinte, a Educação

Patrimonial é uma via eficaz para envolver as disciplinas da grade curricular sob a perspectiva da interdisciplinaridade, a partir de temas sociais e ambientais.

Dessa maneira, é possível relacionar tais temas ao seu significado cultural. A palavra cultura, em um dos seus significados, segundo o dicionário de português Aurélio (2010), é cultivar. Eagleton (2011) acrescenta que cultura é colher, cuidar daquilo que cresce de forma natural, sugerindo uma dialética entre o artificial e o natural, entre o que fazemos ao mundo e o que o mundo nos faz. Dessa forma, as matérias-primas obtidas a partir do meio ambiente, do saber do homem e, os artefatos por ele produzidos, resultam em bens culturais do patrimônio nacional. Lidar com a história da comunidade é algo mágico e, sem sombra de dúvida, faz com que os educandos adquiram a consciência de que fazem parte de um processo tanto histórico quanto social.

Ao estudarmos qualquer área do conhecimento, entraremos em contato com os padrões socialmente distribuídos em conteúdos programáticos constituídos por temas, propósitos e objetivos de aprendizagem. Esses conjuntos de ideias e conceitos distribuídos no currículo escolar, propicia a troca cultural nas relações estabelecidas na escola. Na área das linguagens, por exemplo, os conhecimentos relativos às múltiplas linguagens, exigem habilidades igualmente múltiplas. Ao lermos um texto, qualquer texto, evocamos todo nosso conjunto de valores e crenças que nos ajuda a dialogar com esse texto. Quando contamos uma história, não é diferente; colocamos em evidência todas as nossas leituras prévias, todo nosso conhecimento a partir do nosso lugar no mundo, dos nossos fatores emocionais, culturais e intelectuais.

Culler (1999) afirma que a literatura, como um dos bens do patrimônio cultural, é o ruído da cultura, assim como sua informação; além de ser uma escrita que exige competências leitoras, envolve os leitores nos problemas de sentido. Dessa forma, a literatura ressignifica os sentidos compartilhados pela cultura e transmite ao povo. Nesse contexto, a cultura com o significado antropológico incorpora todas as representações coletivas de uma sociedade: suas características, costumes e valores. Como resultado, apropriar-se da literatura é apropriar-se de contextos históricos e sociais que constroem memórias e firmam identidades.

O ensino através da literatura relaciona-se com fatos históricos, sociais, políticos, econômicos, como informações externas à obra. Segundo Silva & Zilberman (1990, p. 26), “as fantasias produzidas na interação leitor-literatura surgem, como que grudados, elementos de conhecimento”. A literatura pode afirmar ou questionar normas sociais, realçar valores, e até criar grupos identitários, como o movimento *Steampunk*, um gênero de ficção científica que é representado por grupos que se realizam em vestimentas, pinturas, filmes cinematográficos, fotografia, literatura, além de outros produtos. Sendo assim, identidades são imbricadas nessas

relações sociais que se constroem a partir de repertórios culturais que circulam nos livros literários.

Por consequência, trabalhar os livros literários que contam a história de um lugar, que promove a geologia territorial ou valoriza os pontos turísticos ambientais e culturais de um território, é uma forma de salvaguarda do patrimônio de um lugar. Nessa perspectiva, ao lermos qualquer gênero literário, estaremos analisando os padrões comunicativos socialmente distribuídos e, como isso se realiza nos enredos, em estéticas composicionais, na sua forma de apresentação em uma relação com o lugar e o tempo do leitor/receptor.

Em virtude disso, estudar as obras de ficção que consideram as características locais e as ressignificam de forma artística, como o faz sabiamente Nikelen Witter, no seu livro “Viajantes do Abismo” (2020), ao descrever as tempestades de areia que invadem as cidades. Ao falar de cidades que viram desertos, a autora põe em pauta diversos temas sociais e relaciona vários conhecimentos geológicos, ambientais em uma narrativa fantástica; além de mostrar caminhos para o conhecimento de patrimônios culturais globais, evidenciando, indiretamente, geoparques internacionais. As obras de ficção interferem na forma como o aluno vê o mundo. Por conseguinte, o acervo literário que trabalhamos na escola, além de promover a alfabetização e letramento, deve servir para que o aluno se descubra em um mundo no qual ele reconheça e queira fazer parte, atuando como agente de mudança.

Assim como a Literatura, as outras disciplinas também são locais de descobertas, interação social e promotoras do patrimônio cultural. A escola propicia essa interação, colocando os alunos em condições específicas de aprendizagem, levando-os a superação desses desafios e envolvendo-os em experiências construídas por fatores emocionais, neurológicos, relacionais e ambientais. Aprender é o resultado da interação entre estruturas mentais e o meio, o conhecimento é construído e reconstruído continuamente. Nessa perspectiva, o pátio escolar, igrejas, museus, as praças, as ruas, os livros e outros espaços, são locais de memória que potencializam o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais, motoras e emocionais dos estudantes, dando ênfase ao “sair fora da sala de aula”.

No caso da educação escolarizada, os ambientes propícios para aprendizagem precisam ser dimensionados, bem como o papel dos atores e coautores do processo, que precisam ser compreendidos como articuladores e mediadores do processo de aprendizagem. A educação escolarizada, entendida como campo de interatividade, contempla tempos e espaços novos, diálogo, problematização e produção própria dos educandos. Nesse sentido, como metodologia, o professor precisa intervir e promover mudanças. Como mediador, o docente passa a ser

coautor, comunicador e colaborador, fomentando a criatividade no processo de aprendizagem dos estudantes.

Baseando-se nessas informações e buscando transformar a realidade escolar com a inserção de projetos educacionais e sequências didáticas, o objetivo é tratar os conteúdos de forma interdisciplinar, associando-os a temas transversais, em consonância com a BNCC² e os PCNS,³ onde possamos e devemos trabalhar criativamente. Sendo assim, é plausível e pertinente que se estabeleça novos projetos e novas formas de “olharmos” e “vermos” com um olhar especial para nossa educação.

O mundo, o Universo está em constante transformação, nada é estático e através de projetos, interpretações, releituras de histórias, sairemos do famoso livro didático, do lugar comum e confortável, para buscarmos novas formas e interpretações do mundo que conhecemos, introduzindo outras formas de “ensinar”, interpretando e valorizando o meio em que vivemos, reconhecendo-o como parte integrante do ambiente escolar. Segundo Lisboa Filho em sua interpretação somos um todo fazendo parte de uma colcha de retalhos, citando que:

Com a existência de uma política escolar que vise a inclusão e a valorização cultural podemos afirmar que as diferenças passam a ser celebradas, pois elas somam e fazem parte de tudo aquilo que nos constitui. Como o processo de socialização primária não envolve apenas a escola, mas a família e a religião, devemos pensar em um modo de atuação continuado e todas estas esferas podem promover uma educação patrimonial que fundamente e dê subsídios para a formação de um sentimento de vinculação ao coletivo e pertencimento ao território. Precisamos trabalhar em todas as frentes da educação, tanto a formal, quanto a informal para garantirmos a eficácia deste tipo de proposta (LISBOA FILHO, 2021, p.172)

É sabido que não só para os docentes, como para os alunos, sair da zona de conforto pode causar estranheza, mas é importante ressaltar que os resultados que podem surgir de uma experiência com a Educação Patrimonial são permanentes e vão além do aprendizado individual de cada aluno, podendo abranger toda a comunidade.

O Referencial Curricular dará os fundamentos para que as escolas se instrumentalizem para trabalhar a educação e a cultura como conhecimentos e práticas interdependentes e complementares. É importante propor aos professores diferentes possibilidades de atividades curriculares, para compor um projeto de educação patrimonial, oferecendo a possibilidade de o professor adaptar temas transversais ao seu conteúdo programático. A educação patrimonial será a geradora dos temas transversais, com caráter interdisciplinar, criando programas e projetos educativos que contemplem ações concretas. A metodologia aplicada no projeto será

²Base Nacional Comum Curricular

³ Parâmetros Curriculares Nacionais

de acordo com os programas e conteúdo programáticos de cada escola, nível de ensino e de cada professor e será adaptável a sala de aula paralela ou integrada aos conteúdos curriculares existentes.

Por isso, é relevante que as escolas aprofundem o conhecimento sobre o assunto a fim de que todos (professores e alunos), se apropriem deste conhecimento, ajudando no desenvolvimento e formação de cidadãos críticos e conscientes da sua realidade. Assim a proposta aqui apresentada tem vínculo direto com a Educação Patrimonial. Trabalhar as disciplinas da grade curricular aliada à Educação Patrimonial é dar ao aluno uma educação ativa e interativa, visando a integrá-lo ao seu meio e fazê-lo compreender que o espaço no qual ele vive tem um passado histórico que reflete no seu presente, oportunizando um entendimento e um sentimento de pertencimento ao ciclo da história.

Propor esse tipo de construção coletiva do conhecimento exige não só do aluno, como também do docente, uma preparação. É preciso muita leitura e pesquisa para que se construa uma prática pedagógica coerente e eficiente.

Conclusão

O patrimônio está ao nosso dispor para o compreendermos, analisarmos e usufruirmos de tudo que ele oferece. Entretanto, para isso, é preciso conhecê-lo, para podermos nos amparar nele e desenvolver metodologias eficientes que façam não só o aluno, mas também a comunidade, respeitá-lo e preservá-lo.

O modo como se elabora e articula imagens, objetos, palavras, textos, histórias, como tudo isso se converge em bens culturais e são consumidos pelos alunos, nos faz pensar as diversas maneiras de implementar a Educação Patrimonial em sala de aula, interpretando as tantas formas de se desenvolver esse projeto, acreditando na potencialidade da criação de um Referencial Curricular para as escolas, e como o resultado disso propiciará para a comunidade em geral, é motivador. Despertar nos alunos a curiosidade em conhecer mais sobre o que é cultura, o que é patrimônio, o que é folclore; motivá-los a descobrir a geologia do seu lugar, a assumir um estilo de vida sustentável, a preservar seu ambiente natural, é promover a educação mantenedora e protetora que tanto buscamos. Por consequência, a comunidade e a família envolvem-se nesse processo de ensino-aprendizagem, aprendendo a valorizar o seu lugar.

As relações entre os componentes curriculares e os temas transversais darão um caráter problematizador aos assuntos, levando os alunos a uma análise crítica e reflexiva do conhecimento construído. Em vista disso, experiências são promovidas por diversas áreas do conhecimento envolvendo a educação patrimonial. O contato com contos, histórias, cálculos

matemáticos, paisagens, experimentos, estudos de fenômenos, isto é, a integração desses conteúdos aos temas sociais, favorece o conhecimento local e a salvaguarda do patrimônio cultural.

Sendo assim, o projeto despertará nos educandos e educadores envolvidos, a compreensão de que eles fazem parte deste contexto cultural, de forma que eles se sintam protagonistas da sua própria história, bem como do grupo social ao qual pertencem, e assim, desenvolvam a consciência de preservação e valorização do patrimônio cultural material e imaterial de Nova Palma e da sua região.

Referências

BRASIL. 2017. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2021.

BRASIL. 2021. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 24 dez.

BRASIL. 2021. **Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN**. Introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf> Acesso em 28 dez. 21

CASTRO, E. FERNANDES, G.P.; FIRMINO, G. 2021. **Os Geoparques como estratégias de desenvolvimento turístico de base territorial**. Inovação, Gestão e Educação em turismo e Hotelaria. Instituto Politécnico da Guarda, p. 49-61, nov., 2015. Disponível em <http://bdigital.ipg.pt/dspace/handle/10314/2369>. Acesso em: 09 de dezembro.

CULLER, Jonathan. 1999. **Teoria literária: uma introdução**. Trad. Sandra G. T. Vasconcelos. São Paulo: Beca Produções Culturais.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. 2009. Patrimônio Cultural e Geoparque. **Revista do Instituto de Geociências – USP**, São Paulo, v. 5, p. 75-83. Acesso em: 09 de dezembro de 2021. Disponível em: www.igc.usp.br/geologiausp.

EAGLETON, Terry. 2011. **A ideia de cultura**. São Paulo, UNESP.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. 2010. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2222 p. ISBN 978-85-385-4198-1.

LISBOA FILHO, F.F. 2021. A educação patrimonial como uma estratégia de reconhecimento e valorização cultural e identitário. In: PADOIN, M.M; FIGUEIRÓ, A.; CRUZ, J.A.S. **Educação Patrimonial em Territórios Geoparques: uma visão interdisciplinar na quarta colônia**. Santa Maria: Facos, p.159-176.

SILVA, T.; ZILBERMAN, R. 1990 **Literatura e pedagogia: ponto e contraponto**. Porto Alegre: Mercado aberto.